Brasil

Quinto país do mundo em extensão territorial, o Brasil é uma nação-continente que ocupa quase metade da América do Sul. Ao longo de cerca de 16.000km de fronteiras, só dois países sul-americanos -- Equador e Chile -- não têm fronteira com o território brasileiro.

Geologia

 Geologia. O território brasileiro abriga as maiores áreas de afloramento de rochas pré-cambrianas da América do Sul: o escudo ou complexo Brasileiro e o escudo das Guianas. O primeiro é formado por terrenos mais antigos, constituídos de rochas de intenso metamorfismo. O escudo das Guianas compreende, além das Guianas, parte da Venezuela e do Brasil, ao norte do rio Amazonas. A bacia sedimentar do Amazonas separa estes dois escudos.

 A partir do período siluriano, a história geológica do país foi marcada pela presença de grandes bacias sedimentares, nas quais se preservaram espessuras que chegam a ter 5.000 metros entre sedimentos e rochas magmáticas.

 Além do Amazonas, outras duas grandes bacias sedimentares se distinguem no Brasil: a do Parnaíba (ou Maranhão) e a do Paraná. A bacia do Amazonas propriamente dita ocupa apenas a parte oriental do estado do Amazonas e o estado do Pará. Os terrenos mais antigos são do paleozóico e alinham-se em faixas paralelas ao curso do rio Amazonas. A bacia sedimentar do Parnaíba situa-se em terras do Maranhão e do Piauí. As faixas mais antigas são também da era paleozóica e têm em geral origem marinha. A bacia do Paraná, uma das maiores do mundo, tem uma área de 1.600.000km2, sendo que sessenta por cento ficam no Brasil, cerca de 25% na Argentina e o restante no Paraguai e Uruguai. Nela se distinguem três tipos de sedimentação paleozóica: siluriano, devoniano e permocarbonífero.

 Unidades do Relevo Brasileiro

 Mata atlântica brasileira

 Relevo. De acordo com os estudos realizados pelo projeto Radambrasil o relevo brasileiro é formado essencialmente por planaltos e depressões, além de algumas regiões de planície.

 Dentre os planaltos destacam-se os da Amazônia Oriental, os planaltos e chapadas da bacia do Parnaíba, os planaltos e chapadas da bacia do Paraná, o planalto e chapada dos Parecis, os planaltos e serras do Atlântico-Leste-Sudeste e os planaltos e serras de Goiás-Minas.

 As principais depressões são as depressões marginais Norte-Amazônica e Sul-Amazônico, da Amazônia Ocidental, a depressão sertaneja e do São Francisco, a depressão do Araguaia, a depressão do Tocantins e a depressão periférica da borda leste da bacia do Paraná.

 Comparativamente, as planícies ocupam uma porção bem menor da superfície brasileira e incluem a planície do rio Amazonas, a planície e Pantanal Mato-Grossense, as planícies e tabuleiros litorâneos, a planície do rio Araguaia e a planície da lagoa dos Patos e Mirim.

 Assim, o relevo brasileiro é bastante modesto, com picos em sua grande maioria na média de quinhentos metros, e alguns poucos da ordem de três mil metros. As principais elevações encontram-se nos planaltos residuais Norte-Amazônicos, região onde estão situados os pontos culminantes do país: os picos da Neblina (3.014m) e 31 de Março (2.992m), ambos na serra de Tapirapecó. Outra região de grandes altitudes são os planaltos e serras do Atlântico-Leste-Sudeste, onde se incluem as serras do Mar e da Mantiqueira. Na região Nordeste destacam-se o planalto da Borborema, que se estende do Rio Grande do Norte a Alagoas, e as chapadas do Araripe e do Apodi.

 Bacias Hidrográficas

 Rio Paraná, no sul do Brasil

 Hidrografia. A maior parte da rede fluvial brasileira é constituída por rios de planalto, de curso rápido e com abundância de cachoeiras e corredeiras, que dificultam a navegação. Os rios de planície, menos numerosos, estão entre os maiores do país e do mundo, como o rio Amazonas, com 6.571km; o rio Paraná, com 4.880km, e o rio Paraguai, com 2.550km.

 Há quatro grandes bacias fluviais: a bacia Amazônica, na região Norte do país, que constitui 56% do território nacional; a bacia Platina, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, com cerca de dezesseis por cento; a bacia do rio São Francisco, que banha sete por cento da superfície total; e as bacias secundárias, que reúnem três grupos isolados (bacias do Nordeste, do Leste e do Sudeste), compostas de alguns rios de grande extensão, como o Mearim, o Itapicuru, o Parnaíba, o Jaguaribe, o Jequitinhonha, o Doce e o Paraíba do Sul.

 Os rios brasileiros são regulados geralmente pelo regime pluviométrico, isto é, pela quantidade de chuvas que produzem suas cheias e vazantes, com exceção do Amazonas, de regime bastante complexo, e cujas margens estão freqüentemente sujeitas a grandes inundações. Na maioria dos sistemas pluviais, as enchentes ocorrem em geral nos meses de verão, e as vazantes, no inverno.

 Na região do sertão nordestino, importantes rios têm trechos completamente secos em determinadas épocas do ano, devido às condições climáticas típicas da área, com escassez de chuvas e estações secas prolongadas. São os chamados rios temporários ou intermitentes, dos quais destacam-se o Jaguaribe, o Piranhas ou Açu, e o Paraíba do Norte.

 Precipitação Anual

 Clima

 Clima. A maior parte do território brasileiro está localizada entre o equador e o trópico de Capricórnio, o que, aliado a um relevo de altitudes médias e a uma distribuição equilibrada de terras e águas, favorece um clima marcado pela tropicalidade. Os climas do país se enquadram nos três primeiros grupos da classificação de Köppen (grupo dos megatérmicos, dos xerófitos e dos mesotérmicos úmidos).

 Os climas megatérmicos (ou tropicais chuvosos) são característicos da região Norte do Brasil, em que predominam os tipos Af (clima das florestas pluviais, com chuvas abundantes e bem distribuídas) e Am (clima das florestas pluviais, com pequena estação seca). Apresenta temperaturas anuais elevadas (24º C no baixo Amazonas), com grandes variações, e total de precipitações superior a 1.500mm ao ano.

 Na região Centro-Oeste, existem duas estações bem definidas, a chuvosa (com médias inferiores a 1.500mm anuais) e a seca, o que configura o tipo climático Aw. A área submetida a esse tipo de clima engloba o planalto Central e algumas zonas entre o Norte e o Nordeste. As temperaturas são elevadas (superiores a 26º C).

 O clima semi-árido, equivalente à variedade Bsh do grupo dos climas secos ou xerófitos, encontra-se no interior do Nordeste e alcança o litoral do Rio Grande do Norte e o vale médio do rio São Francisco. Apresenta temperaturas elevadas (acima de 26º C) e as chuvas são escassas (inferiores a 700mm anuais, no sertão do Nordeste) e irregulares.

 Nas regiões Sudeste e Sul predominam os climas mesotérmicos úmidos, enquadrados nas variedades Cfa, Cfb, Cwa e Cwb. No Sudeste, conservam-se as características tropicais modificadas pela altitude. As temperaturas são amenas (entre 20º C e 24º C) e as chuvas (entre 1.500 e 2.000mm) são bem distribuídas em duas estações do ano, de outubro a março.

 O Sul do país (de parte de São Paulo até o Rio Grande do Sul) caracteriza-se por temperaturas amenas (entre 16º C e 20º C), com chuvas que se distribuem regularmente durante todo o ano (superiores a 1.500mm). Neves esporádicas caem sobretudo nos pontos mais elevados do planalto: São Francisco de Paula RS, Caxias do Sul RS, São Joaquim SC, Lajes SC e Palmas PR.

 Vegetação

 Carnaval

 Flora e fauna. As formações florestais cobrem mais da metade do território brasileiro. A mais importante é a floresta amazônica, a maior floresta equatorial do mundo, também chamada hiléia brasileira. Abrange toda a região Norte e parte do Centro-Oeste. Na faixa costeira, desde o sul da Bahia até Santa Catarina, encontram-se remanescentes da mata atlântica, a área florestal mais devastada do país, na qual a maior parte das árvores de médio porte foi derrubada para servir como combustível (lenha, carvão vegetal) ou para dar lugar a zonas agrícolas. De São Paulo até o Rio Grande do Sul, ocorria um tipo de floresta mais homogênea, a mata da araucária ou dos pinheirais que atualmente são encontrados em áreas muito restritas. Os babaçuais ou mata dos cocais caracterizam o litoral do Nordeste e trechos da bacia do rio Tocantins.

 As caatingas são típicas da zona semi-árida do sertão nordestino, enquanto os cerrados formam grande parte da vegetação do Centro-Oeste e trechos de Minas Gerais e São Paulo. No extremo sul, ocorrem campos tipicamente herbáceos. A bacia do alto rio Paraguai é ocupada pelo chamado complexo do Pantanal, área de vegetação muito variada. Restingas, dunas e manguezais encontram-se na orla costeira.

 A fauna terrestre brasileira não se destaca pelo tamanho nem pela ferocidade, como a de outras regiões do mundo tropical. Na área de florestas, encontram-se a onça, macacos, a preguiça, o caititu, serpentes (jibóia, sucuri), e aves (papagaios, araras e tucanos). É grande o número de insetos, sobretudo na Amazônia. Nas caatingas, cerrados e campos, predominam o tamanduá, o tatu, o veado, o guará, a ema e a siriema, batráquios (rãs, sapos e pererecas) e répteis (cascavel, surucucu e jararaca). Nos rios e lagos da região amazônica habitam o peixe-boi, o jacaré, o pirarucu, a tartaruga, bem como a lontra e a capivara. Algumas dessas espécies também são encontradas no Pantanal.

 A fauna ornitológica brasileira é uma das mais ricas do mundo, com uma enorme variedade de espécies. Nela encontram-se numerosas aves de rapina, trepadoras, palmípedes e pernaltas, os galináceos e os columbídeos.

Aspectos demográficos

 Cataratas do Iguaçu

 Composição étnica. A população brasileira foi formada a partir de três grupos fundamentais: o branco europeu, o negro africano e o ameríndio. Antes da chegada dos portugueses, o território era habitado por milhares de povos indígenas (sobretudo dos grupos tupi e jê ou tapuia). A partir da colonização, a maior parte da população indígena foi exterminada, dela restando hoje apenas alguns milhares de indivíduos.

 Os negros africanos, pertencentes sobretudo aos grupos bantos e sudaneses, foram trazidos como escravos para trabalhar na agricultura (cana-de-açúcar, café) e na mineração (ouro e diamantes). Além dos portugueses, outros europeus também contribuíram para a formação da população brasileira, através da imigração, principalmente a partir de 1850 (alemães, italianos, espanhóis).

 A miscigenação desses três grupos étnicos deu origem aos mestiços: mulatos (descendentes de brancos e negros), caboclos (de brancos e ameríndios) e cafuzos (de negros e ameríndios). Há ainda uma parte formada por descendentes de povos asiáticos, especialmente japoneses. Para a formação do contingente populacional do país, a imigração em si pouco representou (pouco mais de cinco milhões de indivíduos, desde a Independência, dos quais 3,5 milhões permaneceram no país) e praticamente cessou a partir do final da segunda guerra mundial.

 Língua. Apesar da enorme extensão territorial, o português firmou-se como a língua falada no Brasil, embora com ligeiras variações do português falado em Portugal. Levando em conta as condições naturais e históricas, e as diferenciações resultantes das características culturais regionais, o português falado no Brasil é basicamente o mesmo em todo o território nacional, não se verificando a ocorrência de dialetos, mas tão-somente de variações regionais, como, por exemplo, o português falado no Rio Grande do Sul ou em algum estado do Nordeste.

 Densidade Populacional

 Estrutura demográfica. O Brasil é o país mais populoso da América Latina e um dos dez mais populosos do mundo. A população brasileira está distribuída desigualmente: a densidade demográfica da região Sudeste é mais de onze vezes maior que a da região Centro-Oeste; e a da região Sul é quase quinze vezes maior que a da região Norte. Até a década de 1950, a maior parte da população se encontrava no campo, dedicada às atividades agropecuárias. A partir dessa época, com a crescente industrialização, a tendência se inverteu, e, atualmente, mais de setenta por cento concentra-se nas cidades.

 O crescimento demográfico também aconteceu de forma desigual. No final do século 18, o Brasil possuía pouco mais de dois milhões de habitantes. Na época da Independência, cerca de 4.500.000, para chegar a sete milhões em 1850. O primeiro censo demográfico realizado no país revelava uma população de 9.930.478 habitantes. No final do século 19, pouco mais de quatorze milhões e, em 1900, exatos 17.438.434 habitantes. No século 20, o ritmo do crescimento aumentou: de acordo com os censos demográficos, 30.635.605, em 1920; 41.236.315, em 1940; 51.944.397, em 1950; 70.070.457, em 1960; 93.139.037, em 1970; 119.002.706, em 1980; 146.825.475 habitantes em 1991. Para 1993, a população estimada era de 151.571.727 habitantes. A dinâmica demográfica do país, que vinha se caracterizando por uma alta taxa de crescimento, na década de 1990 já apresentava uma tendência declinante.

Aspectos econômicos

 Uso da terra

 Agropecuária. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e o maior produtor de café. Minas Gerais é o maior produtor, seguindo-se São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rondônia. O café perdeu grande parte da importância econômica que manteve durante cerca de cem anos, desde 1850, durante o Império, até cerca de 1950, quando se acelerou o processo de industrialização. Nesse período o café chegou a representar quase noventa por cento do total das exportações brasileiras. E se em 1970 o café ainda representava cerca de quinze por cento do valor total das exportações, em 1993 essa taxa não chegava a três por cento.

 Outras culturas, como a da cana-de-açúcar e a da laranja, cujo maior produtor é São Paulo, seguidas pela da soja, que somente ganhou importância a partir da década de 1970, vieram tomar o lugar antes ocupado pela economia cafeeira. O Brasil é o segundo produtor mundial de soja, cultivada principalmente no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. É um dos maiores exportadores de suco de laranja.

 Duas culturas muito difundidas por praticamente todo o território brasileiro são as do milho, do qual o Brasil é o terceiro produtor mundial, e do arroz. Esses cereais ocupam uma área plantada cerca de seis vezes maior que a do café.

 Outra cultura muito importante para a economia brasileira é a do algodão, sobretudo a partir da década de 1930, quando São Paulo tornou-se o principal produtor, desbancando os estados do Nordeste. O algodão constitui a matéria-prima principal da indústria têxtil brasileira.

 Além desses produtos, aparecem a mandioca e o feijão, também bastante difundidos em todo o país, vindo a seguir a produção de frutas (banana, abacaxi, coco-da-baía, uva), cacau, batata-inglesa, batata-doce, fumo e amendoim.

 O Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo, sendo que a maior parte corresponde aos bovinos, concentrados em três grandes áreas: a região centro-oriental (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo), com cerca da metade do rebanho nacional, destinado à produção de carne, couros e leite; o Rio Grande do Sul e o Nordeste, tradicionais centros pastoris, com produção de carnes e couros.

 Ao lado dos bovinos, outro importante segmento da pecuária é constituído pelos suínos, distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Maranhão e Bahia. São utilizados para o consumo e na indústria frigorífica.

 Os demais rebanhos são constituídos pelos ovinos, que fornecem lã e carne, e cujo maior centro criatório está localizado no Rio Grande do Sul; caprinos, para a produção de leite e couros, predominante no Nordeste; eqüinos e muares, na região centro-meridional; e asininos, típicos do Nordeste.

Indústria

 Indústria. A industrialização do Brasil recebeu grande impulso durante a primeira guerra mundial, quando a política de substituição de importações estimulou a fabricação no país das mercadorias até então importadas da Europa. Desenvolveram-se fábricas de tecidos, carnes congeladas, óleos comestíveis e outros produtos alimentares. Contudo, somente a partir da década de 1930 pode-se falar de um processo de industrialização propriamente dito.

 Durante a segunda guerra mundial, novamente o Brasil foi forçado a produzir os bens que não podia importar, e a industrialização recebeu novo impulso, destacando-se, no final do conflito, a implantação da siderurgia, com a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, marco inicial da indústria de base no país.

 Na década de 1950, o ritmo industrial foi acelerado, com a instalação de numerosas indústrias de artefatos de borracha, artigos de eletricidade, couro e papel, têxteis, produtos farmacêuticos e outros, além de metalúrgicas e fábricas de cimento. A implantação da indústria automobilística assinalou um novo marco na expansão industrial do Brasil, e numerosas cidades transformaram-se em autênticos centros industriais.

 Pela importância econômica, destacam-se as indústrias têxteis, químicas e farmacêuticas, metalúrgicas e de material de transporte. São Paulo concentra o maior parque industrial do país, localizado na capital, no chamado ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema), em Jundiaí, Sorocaba, São José dos Campos, Campinas, Taubaté e outras cidades, contribuindo com mais da metade da produção nacional. Em seguida, aparecem os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.

 A indústria siderúrgica ocupa um lugar destacado. Além da Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e a Cosigua, no mesmo estado, sobressaem a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a Acesita, a Usiminas e outras em Minas Gerais; a Cosipa, em São Paulo; além de usinas localizadas na Bahia e no Espírito Santo.

 A indústria automobilística, embora concentrada em sua maior parte em São Paulo, já se irradia para outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Além de veículos motorizados, o país passou também a fabricar locomotivas e vagões ferroviários.

 A indústria aeronáutica apresenta notável desenvolvimento, desde sua criação, em 1969, com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que exporta aviões comerciais e militares para vários países. Também merece destaque a indústria naval, sediada principalmente no estado do Rio de Janeiro.

 Energia

 Energia. O imenso potencial para a geração de energia hidrelétrica foi mal aproveitado durante muito tempo no Brasil. Somente a partir de 1920, uma conjuntura favorável, proporcionada pelo surgimento de numerosas indústrias e o desenvolvimento de novas técnicas de engenharia, propiciou maior regularidade no fornecimento de energia hidrelétrica, que representa atualmente mais de noventa por cento da energia produzida e consumida no país.

 Mais de noventa por cento da capacidade nominal instalada no Brasil corresponde a usinas hidrelétricas, e somente nove por cento a usinas térmicas. A criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, assinalou um marco para a formação de um complexo energético nacional, iniciado com a construção da usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco, no limite dos estados da Bahia e Alagoas, e que abastece todo o Nordeste oriental. Em seguida, foram criadas numerosas empresas, todas por iniciativa governamental, destacando-se a Central Elétrica de Furnas, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), entre outras.

 A criação da Eletrobrás, em 1961, trouxe novo incentivo ao setor, que nos anos seguintes multiplicou sua capacidade. Em 1982, foi inaugurada a usina de Itaipu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no rio Paraná. Resultado de um projeto binacional Brasil--Paraguai, Itaipu é a maior usina hidrelétrica brasileira. Seguem-se, em ordem de importância, as usinas de Tucuruí, no Pará; Ilha Solteira, em São Paulo; e Paulo Afonso.

 As usinas térmicas, que utilizam carvão e petróleo como combustíveis, existentes em número reduzido, representam uma percentagem inexpressiva na geração de energia elétrica no Brasil.

 Quanto às usinas nucleares, sua implantação decorreu da assinatura do acordo nuclear Brasil--Alemanha, em 1975. Construídas no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, tiveram seu desempenho prejudicado por problemas técnicos e ambientais.

 O petróleo foi encontrado no Brasil pela primeira vez em 1939, em Lobato, próximo a Salvador, no estado da Bahia. Mas foi somente a partir de 1953, com a criação da Petrobrás, empresa de economia mista, em que o governo detém a maioria do capital, que a extração de petróleo no Brasil pôde crescer, como atividade monopolizada pelo Estado, até 1995, quando foi quebrado o monopólio estatal.

 A produção de petróleo ainda é insuficiente para atender ao consumo nacional, mas importantes jazidas foram descobertas e estão em exploração no Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Pará e Espírito Santo, além dos poços localizados na plataforma submarina do estado do Rio de Janeiro (bacia de Campos). Atualmente, o Brasil é o terceiro produtor da América Latina, depois do México e da Venezuela.

 A produção de gás natural também cresceu, destacando-se o Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Espírito Santo como estados produtores.

 Rio de Janeiro

 Mineração. O Brasil é rico em minérios, mas seu subsolo ainda é pouco explorado. O ferro é o mineral mais importante, com jazidas em diversas regiões, destacando-se as reservas da serra de Carajás, no estado do Pará, descobertas na década de 1970, e consideradas as maiores do mundo. São de grande importância as jazidas do chamado quadrilátero ferrífero, em Minas Gerais, cujo minério apresenta elevado grau de pureza. Também há minério de ferro no Amazonas, no Ceará e em Mato Grosso do Sul.

 O manganês ocupa o segundo lugar, e é encontrado em grande quantidade na serra de Carajás, em Urucum, no estado de Mato Grosso do Sul, e na serra do Navio, no Amapá. As reservas de Minas Gerais ainda são apreciáveis, a despeito de sua exploração desde o início do século.

 A bauxita (alumínio) aparece em Carajás, na bacia do rio Trombetas, no Pará e em Poços de Caldas MG, enquanto o cobre ocorre no Pará, em Goiás e na Bahia. Os minérios de chumbo são explorados em Minas Gerais, na Bahia e no Paraná, mas a produção ainda é insuficiente, assim como a de minérios de zinco, encontrados em Minas Gerais. A cassiterita (estanho) é abundante em Rondônia. O potencial de níquel também é imenso em Carajás.

 Além dessas riquezas minerais, aparecem as areias monazíticas em certos trechos do litoral do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Bahia. Existem imensas jazidas de sal-gema na Bahia, no Amazonas, em Sergipe e em Alagoas. Nos estados do Sul, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, encontra-se carvão mineral, utilizado sobretudo como coque na indústria siderúrgica. Em meados da década de 1990, a Companhia Vale do Rio Doce descobriu uma grande mina de ouro no sul do Pará.

 Comércio. A abertura de estradas de rodagem e o desenvolvimento da navegação de cabotagem e da aviação comercial, ao lado da formação de um mercado interno, contribuíram para a intensificação das relações comerciais entre as diversas regiões brasileiras.

 O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste fornecem borracha, açúcar, algodão, sal, peles, couros, cacau e outros produtos para as áreas do Centro-Sul, e recebem em troca produtos alimentares (charque, feijão, farinha de trigo) e industriais (tecidos, calçados, papel, produtos químicos e farmacêuticos, máquinas e ferramentas, veículos). As trocas entre as regiões Sul e Sudeste também são intensas.

 O comércio externo, até 1808, quando ocorreu a abertura dos portos brasileiros, era realizado apenas com a metrópole portuguesa. Desta data em diante, a Inglaterra passou a ser o principal beneficiário do comércio com o Brasil, substituída pelos Estados Unidos a partir da década de 1920. Atualmente, o Brasil possui uma série de parceiros comerciais.

 Durante a maior parte de sua história, o comércio brasileiro esteve extremamente dependente das exportações de produtos agrícolas e minerais e das importações de manufaturados. Atualmente, já existe maior equilíbrio na balança comercial brasileira. No início da década de 1990, a soja liderava as exportações, seguida pelas máquinas, minério de ferro, equipamentos para transporte, produtos de ferro e aço, e suco de laranja. Nas importações, apareciam equipamentos elétricos e máquinas, petróleo, e produtos químicos e farmacêuticos.

 O comércio externo do Brasil é realizado em sua quase totalidade através dos portos de Santos, grande centro exportador, e do Rio de Janeiro, onde predominam as importações.

 Transportes. Os meios de transporte e as vias de comunicação sempre constituíram um dos principais problemas brasileiros, agravado pela enorme extensão territorial do país. Durante muito tempo, as diversas áreas se comunicavam através de caminhos precários, que partiam do litoral para o interior, e serviam principalmente para o transporte de gado e ouro.

 A primeira estrada de ferro brasileira foi inaugurada em 1854, com extensão de 14,5km, ligando o porto de Mauá, na baía de Guanabara, ao sopé da serra da Estrela, no caminho de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A expansão da cultura cafeeira pelo oeste paulista incrementou o desenvolvimento das linhas férreas, ligando o interior e a capital ao porto de Santos, através das Cias. Paulista, Sorocabana e Mogiana. Logo surgiram estradas de ferro no Nordeste e no recôncavo baiano, também em função do escoamento da produção agrícola.

 Entre 1870 e 1920, a expansão ferroviária foi notável, sobretudo no Sudeste, que concentra praticamente a metade das linhas do país. A Rede Ferroviária Federal, criada em 1957, controla quase a totalidade das estradas de ferro brasileiras. A partir da expansão das rodovias, o transporte ferroviário no Brasil sofreu uma acentuada perda de importância.

 As primeiras estradas de rodagem apareceram por volta dos meados do século 19, destacando-se a União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Mas somente a partir da década de 1920, com o aumento da quantidade de veículos motorizados, o governo brasileiro começou a investir na construção de rodovias. Em pouco tempo, a malha rodoviária brasileira foi-se estendendo por todas as regiões do país.

 A partir de 1950, a rede rodoviária teve notável desenvolvimento com a implantação da indústria automobilística, a criação da Petrobrás --responsável pelo refino dos combustíveis e a fabricação do asfalto para a pavimentação das estradas -- e a fundação de Brasília, vinculada ao plano da construção de rodovias de forma a integrar todas as regiões do país à nova capital.

 Mais da metade das rodovias brasileiras concentram-se no Sudeste, sendo São Paulo o estado mais bem servido. Entre as principais de todo o país destacam-se as rodovias Transamazônica, Belém--Brasília, Rio--Bahia, Rio--Santos, Presidente Dutra, Presidente Kubitschek, Anchieta, Imigrantes, Castelo Branco, Fernão Dias, Anhangüera e Raposo Tavares.

 A navegação de cabotagem no Brasil é ainda insuficiente para atender às necessidades do país, apesar das condições naturais favoráveis, como a grande extensão do litoral. A maior parte da frota é construída em estaleiros nacionais e está em desenvolvimento um programa de reaparelhamento dos portos, que visa sobretudo às exportações. A Fronape (Frota Nacional de Petroleiros), da Petrobrás, utilizada para o transporte de óleo cru, e a Docenave, pertencente à Cia. Vale do Rio Doce e empregada no transporte de minério de ferro, estão entre as maiores frotas brasileiras. A navegação fluvial e lacustre é pouco praticada no Brasil, sendo importante apenas nos rios amazônicos e na região do São Francisco.

 A navegação aérea é muito utilizada no transporte de cargas e passageiros, e o Brasil é servido por três grandes empresas nacionais, além de numerosas companhias regionais. Entre os aeroportos mais bem aparelhados, encontram-se os do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Manaus.

Resumo histórico

 Fundação. A descoberta do Brasil, em 22 de abril de 1500, pela esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino às Índias, integra o ciclo da expansão marítima portuguesa. Inicialmente denominada Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz e, finalmente, Brasil, a nova terra foi explorada a princípio em função da extração do pau-brasil, madeira de cor vermelha usada em tinturaria na Europa, e que deu o nome à terra.

 Várias expedições exploradoras (Gonçalo Coelho, Gaspar de Lemos) e guarda-costas (Cristóvão Jacques) foram enviadas pelo rei de Portugal, a fim de explorar o litoral e combater piratas e corsários, principalmente franceses, para garantir a posse da terra. O sistema de feitorias, já utilizado no comércio com a África e a Ásia, foi empregado tanto para a defesa como para realizar o escambo (troca) do pau-brasil com os indígenas. A exploração do pau-brasil, monopólio da Coroa portuguesa, foi concedida ao cristão-novo Fernão de Noronha.

 A partir de 1530, tem início a colonização efetiva, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, cujos efeitos foram o melhor reconhecimento da terra, a introdução do cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos, instalados na recém-fundada cidade de São Vicente, no litoral de São Paulo, que no século 16 chegou a ter treze engenhos de açúcar. A economia açucareira, entretanto, vai se concentrar no Nordeste, principalmente em Pernambuco. Estava baseada no tripé latifúndio--monocultura--escravidão. A cana-de-açúcar, no Nordeste, era cultivada e beneficiada em grandes propriedades, que empregavam mão-de-obra dos negros africanos trazidos como escravos, e destinava-se à exportação.

 Ao lado do ciclo da cana-de-açúcar, ocorrido na zona da mata, desenvolveu-se o ciclo do gado. A pecuária aos poucos ocupou toda a área do agreste e do sertão nordestinos e a bacia do rio São Francisco. No século 18, o ciclo da mineração do ouro e dos diamantes em Minas Gerais levou à ocupação do interior da colônia. A sociedade mineradora era mais diversificada do que a sociedade açucareira, extremamente ruralizada. Na zona mineira, ao lado dos proprietários e escravos, surgiram classes intermediárias, constituídas por comerciantes, artesãos e funcionários da Coroa.

 Política e administrativamente a colônia estava subordinada à metrópole portuguesa, que, para mais facilmente ocupá-la, adotou, em 1534, o sistema de capitanias hereditárias. Consistia na doação de terras pelo rei de Portugal a particulares, que se comprometiam a explorá-las e povoá-las. Apenas duas capitanias prosperaram: São Vicente e Pernambuco. As capitanias hereditárias somente foram extintas em meados do século 18.

 Em 1548, a Coroa portuguesa instituiu o governo geral, para melhor controlar a administração da colônia. O governador-geral Tomé de Sousa possuía extensos poderes, e administrava em nome do rei a capitania da Bahia, cuja sede, Salvador -- primeira cidade fundada no Brasil, foi também sede do governo geral até 1763, quando a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro. A administração local era exercida pelas câmaras municipais, para as quais eram eleitos os colonos ricos, chamados “homens bons”.

 O papel da Igreja Católica era da mais alta importância. A ela cabiam tarefas administrativas, a assistência social, o ensino e a catequese dos indígenas. Dentre as diversas ordens religiosas, destacaram-se os jesuítas.

 Invasões estrangeiras. Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de várias incursões estrangeiras, sobretudo de franceses, ingleses e holandeses. Os franceses chegaram a fundar, em 1555, uma colônia, a França Antártica, na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara. Somente foram expulsos em 1567, em combate do qual participou Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro (1565). Mais tarde, entre 1612 e 1615, novamente os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Brasil, desta vez no Maranhão, chamada França Equinocial.

 Os holandeses, em busca do domínio da produção do açúcar (do qual eram os distribuidores na Europa), invadiram a Bahia, em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, uma nova invasão holandesa teve como alvo Pernambuco, de onde estendeu-se por quase todo o Nordeste, chegando até o Rio Grande do Norte. Entre 1637 e 1645, o Brasil holandês foi governado pelo conde Maurício de Nassau, que realizou brilhante administração. Em 1645, os holandeses foram expulsos do Brasil, no episódio conhecido como insurreição pernambucana.

 Expansão geográfica. Durante o século 16, foram organizadas algumas entradas, expedições armadas ao interior, de caráter geralmente oficial, em busca de metais preciosos. No século seguinte, expedições particulares, conhecidas como bandeiras, partiram especialmente de São Paulo, com três objetivos: a busca de índios para escravizar; a localização de agrupamentos de negros fugidos (quilombos), para destruí-los; e a procura de metais preciosos. As bandeiras de caça ao índio (Antônio Raposo Tavares, Sebastião e Manuel Preto) atingiram as margens do rio Paraguai, onde arrasaram as “reduções” (missões) jesuíticas. Em 1695, depois de quase um século de resistência, foi destruído Palmares, o mais célebre quilombo do Brasil, por tropas comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

 Datam do final do século 17 as primeiras descobertas de jazidas auríferas no interior do território, nas chamadas Minas Gerais (Antônio Dias Adorno, Manuel de Borba Gato), em Goiás (Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera) e Mato Grosso (Pascoal Moreira Cabral), onde foram estabelecidas vilas e povoações. Mais tarde, foram encontrados diamantes em Minas Gerais. Um dos mais célebres bandeirantes foi Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas.

 Ao mesmo tempo que buscavam o oeste, os bandeirantes ultrapassaram a vertical de Tordesilhas, a linha imaginária que, desde 1494, separava as terras americanas pertencentes a Portugal e à Espanha, contribuindo para alargar o território brasileiro. As fronteiras ficaram demarcadas por meio da assinatura de vários tratados, dos quais o mais importante foi o de Madri, celebrado em 1750, e que praticamente deu ao Brasil os contornos atuais. Nas negociações com a Espanha, Alexandre de Gusmão defendeu o princípio do uti possidetis, o que assegurou a Portugal as terras já conquistadas e ocupadas.

 Revoltas coloniais. Desde a segunda metade do século 17, explodiram na colônia várias revoltas, geralmente provocadas por interesses econômicos contrariados. Em 1684, a revolta dos Beckman, no Maranhão, voltou-se contra o monopólio exercido pela Companhia de Comércio do Estado do Maranhão. Já no século 18, a guerra dos emboabas envolveu paulistas e “forasteiros” na zona das minas; a guerra dos mascates opôs os comerciantes de Recife aos aristocráticos senhores de engenho de Olinda; e a revolta de Vila Rica, liderada por Filipe dos Santos, em 1720, combateu a instituição das casas de fundição e a cobrança de novos impostos sobre a mineração do ouro.

 Os mais importantes movimentos revoltosos desse século foram a conjuração mineira e a conjuração baiana, as quais possuíam, além do caráter econômico, uma clara conotação política. A conjuração mineira, ocorrida em 1789, também em Vila Rica, foi liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que terminou preso e enforcado, em 1792. Pretendia, entre outras coisas, a independência e a proclamação de uma república. A conjuração baiana -- também chamada revolução dos alfaiates, devido à participação de grande número de elementos das camadas populares (artesãos, soldados, negros libertos) --, ocorrida em 1798, tinha idéias bastante avançadas para a época, inclusive a extinção da escravidão. Seus principais líderes foram executados. Mais tarde, estourou outro importante movimento de caráter republicano e separatista, conhecido como revolução pernambucana de 1817.

 Independência. Em 1808, ocorreu a chamada “inversão brasileira”, isto é, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa, com a transferência da família real e da corte para o Rio de Janeiro, fugindo da invasão napoleônica na península ibérica. Ainda na Bahia, o príncipe regente D. João assinou o tratado de abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, beneficiando principalmente a Inglaterra. Terminava assim o monopólio português sobre o comércio com o Brasil e tinha início o livre-cambismo, que perduraria até 1846, quando foi estabelecido o protecionismo.

 Além da introdução de diversos melhoramentos (Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Academia Militar, Jardim Botânico, faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e outros), no governo do príncipe regente D. João (que passaria a ter o título de D. João VI a partir de 1816, com o falecimento da rainha D. Maria I) o Brasil foi elevado à categoria de reino e teve anexadas a seu território a Guiana Francesa e a Banda Oriental do Uruguai, que tomou o nome de província Cisplatina.

 A partir de 1821, com a volta do rei e da corte para Portugal, o Brasil passou a ser governado pelo príncipe regente D. Pedro. Atendendo principalmente aos interesses dos grandes proprietários rurais, contrários à política das Cortes portuguesas, que desejavam recolonizar o Brasil, bem como pretendendo libertar-se da tutela da metrópole, que visava diminuir-lhe a autoridade, D. Pedro proclamou a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, na província de São Paulo. É importante destacar o papel de José Bonifácio de Andrada e Silva, à frente do chamado Ministério da Independência, na articulação do movimento separatista.

 Primeiro reinado. Aclamado imperador do Brasil, D. Pedro I tratou de dar ao país uma constituição, outorgada em 1824. No início do seu reinado, ocorreu a chamada “guerra da independência”, contra as guarnições portuguesas sediadas principalmente na Bahia. Em 1824, em Pernambuco, a confederação do Equador, movimento revoltoso de caráter republicano e separatista, questionava a excessiva centralização do poder político nas mãos do imperador, mas foi prontamente debelado. Em 1828, depois da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil reconheceu a independência do Uruguai.

 Depois de intensa luta diplomática, em que foi muito importante a intervenção da Inglaterra, Portugal reconheceu a independência do Brasil. Freqüentes conflitos com a Assembléia e interesses dinásticos em Portugal levaram D. Pedro I, em 1831, a abdicar do trono do Brasil em favor do filho D. Pedro, então com cinco anos de idade.

 Período regencial. O reinado de D. Pedro II teve início com um período regencial, que durou até 1840, quando foi proclamada a maioridade do imperador, que contava cerca de quinze anos. Durante as regências, ocorreram intensas lutas políticas em várias partes do país, quase sempre provocadas pelos choques entre os interesses regionais e a concentração do poder no Sudeste (Rio de Janeiro). A mais importante foi a guerra dos farrapos ou revolução farroupilha, movimento republicano e separatista ocorrido no Rio Grande do Sul, em 1835, e que só terminou em 1845. Além dessa, ocorreram revoltas na Bahia (Sabinada), no Maranhão (Balaiada) e no Pará (Cabanagem).

 Segundo reinado. O governo pessoal de D. Pedro II começou com intensas campanhas militares, a cargo do general Luís Alves de Lima e Silva, que viria a ter o título de duque de Caxias, com a finalidade de pôr termo às revoltas provinciais. A partir daí, a política interna do império brasileiro viveu uma fase de relativa estabilidade, até 1870.

 A base da economia era a agricultura cafeeira, desenvolvida a partir de 1830, no Sudeste, inicialmente nos morros como o da Tijuca e a seguir no vale do Paraíba fluminense (província do Rio de Janeiro), avançando para São Paulo (vale do Paraíba e oeste paulista). Até 1930, o ciclo do café constituiu o principal gerador da riqueza brasileira. A partir da década de 1850, graças aos empreendimentos de Irineu Evangelista de Sousa, o barão e depois visconde de Mauá, entre os quais se destaca a construção da primeira estrada de ferro brasileira, ocorreu um primeiro surto de industrialização no país.

 A base social do império era a escravidão. Desde o período colonial, os negros escravos constituíam a principal, e quase exclusiva, mão-de-obra no Brasil. As restrições ao tráfico negreiro começaram por volta de 1830, por pressões da Inglaterra, então em plena revolução industrial. Finalmente, em 1888, após intensa campanha abolicionista, a chamada Lei Áurea declarava extinta a escravidão no país. Nesse período, houve uma grande imigração para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

 Na política externa, sobressaíram as guerras do Prata, em que o Brasil enfrentou o Uruguai e a Argentina, e a da Tríplice Aliança ou do Paraguai, que reuniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai numa coligação contra o ditador paraguaio Solano López. A guerra do Paraguai (1864--1870), um dos episódios mais sangrentos da história americana, terminou com a vitória dos aliados.

 A partir de 1870, a monarquia brasileira enfrentou sucessivas crises (questão religiosa, questão militar, questão da abolição), que culminaram com o movimento militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o imperador e proclamou a república, em 15 de novembro de 1889.

 República Velha. A Primeira República, ou República Velha, estendeu-se de 1889 até 1930. Sob a chefia do marechal Deodoro, foi instalado um governo provisório, que convocou uma assembléia constituinte para elaborar a primeira constituição republicana, promulgada em 1891. Os governos do marechal Deodoro, e, depois, do marechal Floriano Peixoto foram plenos de conflitos com o Legislativo e rebeliões, como as duas revoltas da Armada.

 Com a eleição de Prudente de Morais, tem início a chamada “política do café com leite”, segundo a qual os presidentes da República seriam escolhidos dentre os representantes dos estados mais ricos e populosos -- São Paulo e Minas Gerais -- prática que foi seguida, quase sem interrupções, até 1930.

 A economia agrário-exportadora continuou dominante. O café representava a principal riqueza brasileira, e os fazendeiros paulistas constituíam a oligarquia mais poderosa. As classes médias eram pouco expressivas e começava a existir um embrião de proletariado. Por ocasião da primeira guerra mundial (1914--1918), ocorreu um surto de industrialização, em função da substituição de importações européias por produtos fabricados no Brasil.

 A partir da década de 1920, o descontentamento dos militares explodiu em uma série de revoltas, destacando-se a marcha da coluna Prestes, entre 1924 e 1927, que percorreu grande parte do Brasil. As oligarquias alijadas do poder central também se mostravam insatisfeitas. Quando ocorreu a crise de 1929 -- iniciada com o crash da bolsa de Nova York --, com seus reflexos negativos sobre os preços do café, a desorganização da economia, as divergências político-eleitorais das oligarquias dominantes e as aspirações de mudança de amplos setores da sociedade provocaram a deflagração da revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

 República Nova. Sob a chefia de Getúlio Vargas, foi instaurado um governo provisório que durou até 1934. Embora vitorioso sobre a revolução constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, Vargas viu-se obrigado a convocar uma assembléia constituinte, que deu ao país uma nova constituição (1934), de cunho liberal.

 Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma revolta militar, conhecida como intentona comunista. Aproveitando-se de uma conjuntura favorável, Vargas deu um golpe de estado, em 1937, fechando o Congresso e estabelecendo uma ditadura de cunho corporativo-fascista, denominada Estado Novo, regida por uma carta outorgada, de caráter autoritário. Vargas governou até 1945, quando foi deposto por novo golpe militar.

 Durante seu governo, incentivou-se a industrialização, inclusive com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, foi estabelecida uma legislação trabalhista, reorganizou-se o aparelho administrativo do Estado, com a criação de novos ministérios, e cuidou-se da previdência social, entre outros melhoramentos.

 Terceira República. As eleições de 1945 apontaram o general Eurico Gaspar Dutra como o novo presidente da República. Em seu governo, o Brasil ganhou uma nova constituição, foi modernizada a estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo (rodovia Presidente Dutra) e começou o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

 Nesse período, firmaram-se os três grandes partidos que tiveram importância na vida política brasileira até a deflagração do movimento militar de 1964: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade.

 Em 1951, Vargas, candidato do PTB, voltou ao poder, eleito pelo voto popular. Em seu segundo governo, destacou-se a criação da Petrobrás, empresa estatal destinada a monopolizar a pesquisa, extração e refino do petróleo. Foi um período conturbado, que teve no atentado da rua Tonelero (dirigido ao jornalista Carlos Lacerda, mas em que morreu um oficial da Aeronáutica) um dos seus episódios mais importantes. Pressionado pelas classes conservadoras, e ameaçado de deposição por seus generais, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

 A eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD, inaugurou a era do desenvolvimentismo. Durante seu governo, orientado pelo Plano de Metas, construiu-se a nova capital, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960; foram abertas numerosas estradas, ligando a capital às diversas regiões do país, entre as quais a Belém--Brasília; implantou-se a indústria automobilística; e foi impulsionada a construção das grandes usinas hidrelétricas de Três Marias e Furnas. A sucessão presidencial coube a Jânio Quadros, apoiado pela UDN, que, após sete meses de governo, renunciou.

 A subida de João Goulart ao poder contrariou as classes conservadoras e altos chefes militares. No início de seu governo, o Brasil viveu uma curta experiência parlamentarista, solução encontrada para dar posse a Goulart. Foi um período marcado por greves e intensa agitação sindical. O presidente terminou sendo deposto pelos militares, com apoio da classe média, em 1964.

 Regime militar. Os governos militares preocuparam-se sobretudo com a segurança nacional. Editaram vários atos institucionais e complementares, promovendo modificações no funcionamento do Congresso e tomando medidas de caráter econômico, financeiro e político. Os partidos políticos tradicionais foram extintos, e criadas duas novas agremiações políticas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

 Em 1967, promulgou-se nova constituição, que estabeleceu um poder executivo ainda mais forte. Com o crescimento da agitação estudantil e operária, foi editado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso. Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 deu ao país praticamente uma nova carta política.

 No campo do desenvolvimento econômico, as atenções dos governantes e dos tecnocratas voltaram-se prioritariamente para o combate à inflação, que atingira níveis alarmantes; para a construção de obras de infra-estrutura, sobretudo nas áreas de transportes -- como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio--Niterói (oficialmente, ponte Presidente Costa e Silva) --, de comunicações -- com a implantação do sistema de comunicação por satélite -- e de energia, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu -- por meio de um convênio com o Paraguai -- e com a assinatura de um acordo com a Alemanha para a construção de usinas nucleares.

 O governo Geisel iniciou um processo de abertura democrática, lenta e gradual, desembocando na anistia política, que permitiu a volta ao país de numerosos exilados. Em seguida à anistia, veio o fim do bipartidarismo, e foram criados vários partidos políticos. No final da década de 1970, o movimento popular e sindical tomou um novo alento, o que levaria, nos primeiros anos da década seguinte, ao movimento das “diretas já”, que, embora não fosse vitorioso, permitiu em 1985 a eleição indireta pelo Congresso de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para a presidência da República. Com a morte de Tancredo Neves, na véspera da posse, assumiu seu vice-presidente, José Sarney.

 Nova República. O governo Sarney teve como fato econômico mais importante a implantação do Plano Cruzado, com vistas a combater a inflação pelo congelamento de preços e da troca da moeda. O fato político marcante do período foi a eleição de uma assembléia nacional constituinte, que em 1988 deu ao Brasil uma nova constituição. O fracasso do plano econômico e a corrupção generalizada contribuíram para polarizar as preferências eleitorais em 1989 em torno das candidaturas de Fernando Collor de Mello, apoiado por poderosas forças políticas, e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

 A vitória de Fernando Collor provocou uma euforia momentânea, logo dissipada pelo fracasso dos sucessivos planos econômicos e pelas denúncias de corrupção que atingiam figuras próximas ao presidente. Depois de intensa movimentação popular, Collor foi afastado do governo, em 1992, pelo processo de impeachment, conduzido pelo Congresso Nacional.

 Quadro atual. O governo do presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor, contou com amplo apoio parlamentar e popular. Seus principais objetivos eram combater a inflação, retomar o crescimento econômico e diminuir a pobreza do povo brasileiro. O sucesso das medidas econômicas permitiu a eleição do criador do Plano Real e candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, que venceu o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva, por esmagadora maioria.

Aspectos culturais e turísticos

 Acervo. A arquitetura colonial brasileira apresenta exemplos de riqueza e originalidade, graças ao impulso inicial dado pelos jesuítas, que foram responsáveis pela construção de numerosas igrejas e produziram obras de arte que constituem boa parte da riqueza arquitetônica e artística do país.

 Algumas cidades e lugares históricos ou de interesse ambiental foram declarados pela UNESCO patrimônio cultural da humanidade: o centro histórico de Salvador, compreendendo o Terreiro de Jesus (Pelourinho), na Bahia; Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais; Brasília, a capital federal; as ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, Minas Gerais; e os parques nacionais da Serra da Capivara, no Piauí, e de Iguaçu, no Paraná. Entre as cidades históricas, também merecem destaque Parati, no Rio de Janeiro, célebre pelo seu casario, e Aparecida, em São Paulo, considerada cidade-santuário do Brasil.

 Na antiga zona aurífera de Minas Gerais encontram-se os melhores exemplos da arte barroca, tanto na decoração do interior dos templos religiosos, como nas esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ouro Preto, Tiradentes, Congonhas e São João del Rei são típicas cidades coloniais mineiras. Modernamente, o maior exemplo da arquitetura brasileira é Brasília, obra de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

 Instituições. O impulso cultural inicial foi dado com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Datam dessa época a atual Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o mais importante da América do Sul para o estudo das ciências naturais e antropológicas, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

 Ainda nessa cidade, podem ser encontrados o Museu Histórico Nacional, típico do estilo barroco-rococó, o Palácio Gustavo Capanema, cujo traço se deve ao arquiteto francês Le Corbusier, o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu de Arte Moderna, exemplo da arquitetura contemporânea, e o Teatro Municipal. O Museu Imperial, em Petrópolis RJ, contém rico material sobre o período monárquico.

 Em São Paulo, destacam-se o Museu de Arte Moderna (MAM) e o Museu de Arte (MASP), que guardam importante acervo de pintores nacionais e estrangeiros. Em Minas Gerais encontra-se o Museu da Inconfidência, com obras de arte sacra e do Aleijadinho. O Museu Emílio Goeldi, em Belém PA, é um centro de pesquisas sobre etnologia. Em Manaus, sobressai o Teatro Amazonas, cuja construção data do ciclo da borracha, em fins do século 19.

 Entre as maiores universidades brasileiras, situam-se a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UnB).

 Atrações e eventos. A maior festa brasileira é o carnaval, que ocorre geralmente em fevereiro, com duração de três ou quatro dias, sendo famosas e conhecidas internacionalmente as comemorações no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda. Outro evento importante são as festas de Ano-Novo, celebradas nas praias do Rio de Janeiro e de Salvador.

 Em Ouro Preto MG realiza-se um importante Festival de Inverno. Gramado RS é sede de um Festival de Cinema, assim como Brasília. A festa do Círio de Nazaré, manifestação leiga e religiosa, é comemorada todos os anos em Belém PA. Os festejos populares de origem portuguesa têm sido recuperados, como o bumba-meu-boi, no Maranhão, ou de raízes luso-africanas, como o reisado, no Nordeste e em Parati RJ. A festa do Divino Espírito Santo reúne uma série de manifestações culturais populares, em Pirenópolis GO.

 Usina de Itaipu, no rio Paraná

Quinto país do mundo em extensão territorial, o Brasil é uma nação-continente que ocupa quase metade da América do Sul. Ao longo de cerca de 16.000km de fronteiras, só dois países sul-americanos -- Equador e Chile -- não têm fronteira com o território brasileiro.

Geografia política

 Região Norte

 Região Nordeste

 Região Sudeste

 Região Sul

 Região Centro-oeste

Aspectos naturais

 Geologia

 Geologia. O território brasileiro abriga as maiores áreas de afloramento de rochas pré-cambrianas da América do Sul: o escudo ou complexo Brasileiro e o escudo das Guianas. O primeiro é formado por terrenos mais antigos, constituídos de rochas de intenso metamorfismo. O escudo das Guianas compreende, além das Guianas, parte da Venezuela e do Brasil, ao norte do rio Amazonas. A bacia sedimentar do Amazonas separa estes dois escudos.

 A partir do período siluriano, a história geológica do país foi marcada pela presença de grandes bacias sedimentares, nas quais se preservaram espessuras que chegam a ter 5.000 metros entre sedimentos e rochas magmáticas.

 Além do Amazonas, outras duas grandes bacias sedimentares se distinguem no Brasil: a do Parnaíba (ou Maranhão) e a do Paraná. A bacia do Amazonas propriamente dita ocupa apenas a parte oriental do estado do Amazonas e o estado do Pará. Os terrenos mais antigos são do paleozóico e alinham-se em faixas paralelas ao curso do rio Amazonas. A bacia sedimentar do Parnaíba situa-se em terras do Maranhão e do Piauí. As faixas mais antigas são também da era paleozóica e têm em geral origem marinha. A bacia do Paraná, uma das maiores do mundo, tem uma área de 1.600.000km2, sendo que sessenta por cento ficam no Brasil, cerca de 25% na Argentina e o restante no Paraguai e Uruguai. Nela se distinguem três tipos de sedimentação paleozóica: siluriano, devoniano e permocarbonífero.

 Unidades do Relevo Brasileiro

 Mata atlântica brasileira

 Relevo. De acordo com os estudos realizados pelo projeto Radambrasil o relevo brasileiro é formado essencialmente por planaltos e depressões, além de algumas regiões de planície.

 Dentre os planaltos destacam-se os da Amazônia Oriental, os planaltos e chapadas da bacia do Parnaíba, os planaltos e chapadas da bacia do Paraná, o planalto e chapada dos Parecis, os planaltos e serras do Atlântico-Leste-Sudeste e os planaltos e serras de Goiás-Minas.

 As principais depressões são as depressões marginais Norte-Amazônica e Sul-Amazônica, da Amazônia Ocidental, a depressão sertaneja e do São Francisco, a depressão do Araguaia, a depressão do Tocantins e a depressão periférica da borda leste da bacia do Paraná.

 Comparativamente, as planícies ocupam uma porção bem menor da superfície brasileira e incluem a planície do rio Amazonas, a planície e Pantanal Mato-Grossense, as planícies e tabuleiros litorâneos, a planície do rio Araguaia e a planície da lagoa dos Patos e Mirim.

 Assim, o relevo brasileiro é bastante modesto, com picos em sua grande maioria na média de quinhentos metros, e alguns poucos da ordem de três mil metros. As principais elevações encontram-se nos planaltos residuais Norte-Amazônicos, região onde estão situados os pontos culminantes do país: os picos da Neblina (3.014m) e 31 de Março (2.992m), ambos na serra de Tapirapecó. Outra região de grandes altitudes são os planaltos e serras do Atlântico-Leste-Sudeste, onde se incluem as serras do Mar e da Mantiqueira. Na região Nordeste destacam-se o planalto da Borborema, que se estende do Rio Grande do Norte a Alagoas, e as chapadas do Araripe e do Apodi.

 Bacias Hidrográficas

 Rio Paraná, no sul do Brasil

 Hidrografia. A maior parte da rede fluvial brasileira é constituída por rios de planalto, de curso rápido e com abundância de cachoeiras e corredeiras, que dificultam a navegação. Os rios de planície, menos numerosos, estão entre os maiores do país e do mundo, como o rio Amazonas, com 6.571km; o rio Paraná, com 4.880km, e o rio Paraguai, com 2.550km.

 Há quatro grandes bacias fluviais: a bacia Amazônica, na região Norte do país, que constitui 56% do território nacional; a bacia Platina, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, com cerca de dezesseis por cento; a bacia do rio São Francisco, que banha sete por cento da superfície total; e as bacias secundárias, que reúnem três grupos isolados (bacias do Nordeste, do Leste e do Sudeste), compostas de alguns rios de grande extensão, como o Mearim, o Itapicuru, o Parnaíba, o Jaguaribe, o Jequitinhonha, o Doce e o Paraíba do Sul.

 Os rios brasileiros são regulados geralmente pelo regime pluviométrico, isto é, pela quantidade de chuvas que produzem suas cheias e vazantes, com exceção do Amazonas, de regime bastante complexo, e cujas margens estão freqüentemente sujeitas a grandes inundações. Na maioria dos sistemas pluviais, as enchentes ocorrem em geral nos meses de verão, e as vazantes, no inverno.

 Na região do sertão nordestino, importantes rios têm trechos completamente secos em determinadas épocas do ano, devido às condições climáticas típicas da área, com escassez de chuvas e estações secas prolongadas. São os chamados rios temporários ou intermitentes, dos quais destacam-se o Jaguaribe, o Piranhas ou Açu, e o Paraíba do Norte.

 Precipitação Anual

 Clima

 Clima. A maior parte do território brasileiro está localizada entre o equador e o trópico de Capricórnio, o que, aliado a um relevo de altitudes médias e a uma distribuição equilibrada de terras e águas, favorece um clima marcado pela tropicalidade. Os climas do país se enquadram nos três primeiros grupos da classificação de Köppen (grupo dos megatérmicos, dos xerófitos e dos mesotérmicos úmidos).

 Os climas megatérmicos (ou tropicais chuvosos) são característicos da região Norte do Brasil, em que predominam os tipos Af (clima das florestas pluviais, com chuvas abundantes e bem distribuídas) e Am (clima das florestas pluviais, com pequena estação seca). Apresenta temperaturas anuais elevadas (24º C no baixo Amazonas), com grandes variações, e total de precipitações superior a 1.500mm ao ano.

 Na região Centro-Oeste, existem duas estações bem definidas, a chuvosa (com médias inferiores a 1.500mm anuais) e a seca, o que configura o tipo climático Aw. A área submetida a esse tipo de clima engloba o planalto Central e algumas zonas entre o Norte e o Nordeste. As temperaturas são elevadas (superiores a 26º C).

 O clima semi-árido, equivalente à variedade Bsh do grupo dos climas secos ou xerófitos, encontra-se no interior do Nordeste e alcança o litoral do Rio Grande do Norte e o vale médio do rio São Francisco. Apresenta temperaturas elevadas (acima de 26º C) e as chuvas são escassas (inferiores a 700mm anuais, no sertão do Nordeste) e irregulares.

 Nas regiões Sudeste e Sul predominam os climas mesotérmicos úmidos, enquadrados nas variedades Cfa, Cfb, Cwa e Cwb. No Sudeste, conservam-se as características tropicais modificadas pela altitude. As temperaturas são amenas (entre 20º C e 24º C) e as chuvas (entre 1.500 e 2.000mm) são bem distribuídas em duas estações do ano, de outubro a março.

 O Sul do país (de parte de São Paulo até o Rio Grande do Sul) caracteriza-se por temperaturas amenas (entre 16º C e 20º C), com chuvas que se distribuem regularmente durante todo o ano (superiores a 1.500mm). Neves esporádicas caem sobretudo nos pontos mais elevados do planalto: São Francisco de Paula RS, Caxias do Sul RS, São Joaquim SC, Lajes SC e Palmas PR.

 Vegetação

 Carnaval

 Flora e fauna. As formações florestais cobrem mais da metade do território brasileiro. A mais importante é a floresta amazônica, a maior floresta equatorial do mundo, também chamada hiléia brasileira. Abrange toda a região Norte e parte do Centro-Oeste. Na faixa costeira, desde o sul da Bahia até Santa Catarina, encontram-se remanescentes da mata atlântica, a área florestal mais devastada do país, na qual a maior parte das árvores de médio porte foi derrubada para servir como combustível (lenha, carvão vegetal) ou para dar lugar a zonas agrícolas. De São Paulo até o Rio Grande do Sul, ocorria um tipo de floresta mais homogênea, a mata da araucária ou dos pinheirais que atualmente são encontrados em áreas muito restritas. Os babaçuais ou mata dos cocais caracterizam o litoral do Nordeste e trechos da bacia do rio Tocantins.

 As caatingas são típicas da zona semi-árida do sertão nordestino, enquanto os cerrados formam grande parte da vegetação do Centro-Oeste e trechos de Minas Gerais e São Paulo. No extremo sul, ocorrem campos tipicamente herbáceos. A bacia do alto rio Paraguai é ocupada pelo chamado complexo do Pantanal, área de vegetação muito variada. Restingas, dunas e manguezais encontram-se na orla costeira.

 A fauna terrestre brasileira não se destaca pelo tamanho nem pela ferocidade, como a de outras regiões do mundo tropical. Na área de florestas, encontram-se a onça, macacos, a preguiça, o caititu, serpentes (jibóia, sucuri), e aves (papagaios, araras e tucanos). É grande o número de insetos, sobretudo na Amazônia. Nas caatingas, cerrados e campos, predominam o tamanduá, o tatu, o veado, o guará, a ema e a siriema, batráquios (rãs, sapos e pererecas) e répteis (cascavel, surucucu e jararaca). Nos rios e lagos da região amazônica habitam o peixe-boi, o jacaré, o pirarucu, a tartaruga, bem como a lontra e a capivara. Algumas dessas espécies também são encontradas no Pantanal.

 A fauna ornitológica brasileira é uma das mais ricas do mundo, com uma enorme variedade de espécies. Nela encontram-se numerosas aves de rapina, trepadoras, palmípedes e pernaltas, os galináceos e os columbídeos.

Aspectos demográficos

 Cataratas do Iguaçu

 Composição étnica. A população brasileira foi formada a partir de três grupos fundamentais: o branco europeu, o negro africano e o ameríndio. Antes da chegada dos portugueses, o território era habitado por milhares de povos indígenas (sobretudo dos grupos tupi e jê ou tapuia). A partir da colonização, a maior parte da população indígena foi exterminada, dela restando hoje apenas alguns milhares de indivíduos.

 Os negros africanos, pertencentes sobretudo aos grupos bantos e sudaneses, foram trazidos como escravos para trabalhar na agricultura (cana-de-açúcar, café) e na mineração (ouro e diamantes). Além dos portugueses, outros europeus também contribuíram para a formação da população brasileira, através da imigração, principalmente a partir de 1850 (alemães, italianos, espanhóis).

 A miscigenação desses três grupos étnicos deu origem aos mestiços: mulatos (descendentes de brancos e negros), caboclos (de brancos e ameríndios) e cafuzos (de negros e ameríndios). Há ainda uma parte formada por descendentes de povos asiáticos, especialmente japoneses. Para a formação do contingente populacional do país, a imigração em si pouco representou (pouco mais de cinco milhões de indivíduos, desde a Independência, dos quais 3,5 milhões permaneceram no país) e praticamente cessou a partir do final da segunda guerra mundial.

 Língua. Apesar da enorme extensão territorial, o português firmou-se como a língua falada no Brasil, embora com ligeiras variações do português falado em Portugal. Levando em conta as condições naturais e históricas, e as diferenciações resultantes das características culturais regionais, o português falado no Brasil é basicamente o mesmo em todo o território nacional, não se verificando a ocorrência de dialetos, mas tão-somente de variações regionais, como, por exemplo, o português falado no Rio Grande do Sul ou em algum estado do Nordeste.

 Densidade Populacional

 Estrutura demográfica. O Brasil é o país mais populoso da América Latina e um dos dez mais populosos do mundo. A população brasileira está distribuída desigualmente: a densidade demográfica da região Sudeste é mais de onze vezes maior que a da região Centro-Oeste; e a da região Sul é quase quinze vezes maior que a da região Norte. Até a década de 1950, a maior parte da população se encontrava no campo, dedicada às atividades agropecuárias. A partir dessa época, com a crescente industrialização, a tendência se inverteu, e, atualmente, mais de setenta por cento concentra-se nas cidades.

 O crescimento demográfico também aconteceu de forma desigual. No final do século 18, o Brasil possuía pouco mais de dois milhões de habitantes. Na época da Independência, cerca de 4.500.000, para chegar a sete milhões em 1850. O primeiro censo demográfico realizado no país revelava uma população de 9.930.478 habitantes. No final do século 19, pouco mais de quatorze milhões e, em 1900, exatos 17.438.434 habitantes. No século 20, o ritmo do crescimento aumentou: de acordo com os censos demográficos, 30.635.605, em 1920; 41.236.315, em 1940; 51.944.397, em 1950; 70.070.457, em 1960; 93.139.037, em 1970; 119.002.706, em 1980; 146.825.475 habitantes em 1991. Para 1993, a população estimada era de 151.571.727 habitantes. A dinâmica demográfica do país, que vinha se caracterizando por uma alta taxa de crescimento, na década de 1990 já apresentava uma tendência declinante.

Aspectos econômicos

 Uso da terra

 Agropecuária. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e o maior produtor de café. Minas Gerais é o maior produtor, seguindo-se São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rondônia. O café perdeu grande parte da importância econômica que manteve durante cerca de cem anos, desde 1850, durante o Império, até cerca de 1950, quando se acelerou o processo de industrialização. Nesse período o café chegou a representar quase noventa por cento do total das exportações brasileiras. E se em 1970 o café ainda representava cerca de quinze por cento do valor total das exportações, em 1993 essa taxa não chegava a três por cento.

 Outras culturas, como a da cana-de-açúcar e a da laranja, cujo maior produtor é São Paulo, seguidas pela da soja, que somente ganhou importância a partir da década de 1970, vieram tomar o lugar antes ocupado pela economia cafeeira. O Brasil é o segundo produtor mundial de soja, cultivada principalmente no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. É um dos maiores exportadores de suco de laranja.

 Duas culturas muito difundidas por praticamente todo o território brasileiro são as do milho, do qual o Brasil é o terceiro produtor mundial, e do arroz. Esses cereais ocupam uma área plantada cerca de seis vezes maior que a do café.

 Outra cultura muito importante para a economia brasileira é a do algodão, sobretudo a partir da década de 1930, quando São Paulo tornou-se o principal produtor, desbancando os estados do Nordeste. O algodão constitui a matéria-prima principal da indústria têxtil brasileira.

 Além desses produtos, aparecem a mandioca e o feijão, também bastante difundidos em todo o país, vindo a seguir a produção de frutas (banana, abacaxi, coco-da-baía, uva), cacau, batata-inglesa, batata-doce, fumo e amendoim.

 O Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo, sendo que a maior parte corresponde aos bovinos, concentrados em três grandes áreas: a região centro-oriental (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo), com cerca da metade do rebanho nacional, destinado à produção de carne, couros e leite; o Rio Grande do Sul e o Nordeste, tradicionais centros pastoris, com produção de carnes e couros.

 Ao lado dos bovinos, outro importante segmento da pecuária é constituído pelos suínos, distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Maranhão e Bahia. São utilizados para o consumo e na indústria frigorífica.

 Os demais rebanhos são constituídos pelos ovinos, que fornecem lã e carne, e cujo maior centro criatório está localizado no Rio Grande do Sul; caprinos, para a produção de leite e couros, predominante no Nordeste; eqüinos e muares, na região centro-meridional; e asininos, típicos do Nordeste.

 Indústria

 Indústria. A industrialização do Brasil recebeu grande impulso durante a primeira guerra mundial, quando a política de substituição de importações estimulou a fabricação no país das mercadorias até então importadas da Europa. Desenvolveram-se fábricas de tecidos, carnes congeladas, óleos comestíveis e outros produtos alimentares. Contudo, somente a partir da década de 1930 pode-se falar de um processo de industrialização propriamente dito.

 Durante a segunda guerra mundial, novamente o Brasil foi forçado a produzir os bens que não podia importar, e a industrialização recebeu novo impulso, destacando-se, no final do conflito, a implantação da siderurgia, com a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, marco inicial da indústria de base no país.

 Na década de 1950, o ritmo industrial foi acelerado, com a instalação de numerosas indústrias de artefatos de borracha, artigos de eletricidade, couro e papel, têxteis, produtos farmacêuticos e outros, além de metalúrgicas e fábricas de cimento. A implantação da indústria automobilística assinalou um novo marco na expansão industrial do Brasil, e numerosas cidades transformaram-se em autênticos centros industriais.

 Pela importância econômica, destacam-se as indústrias têxteis, químicas e farmacêuticas, metalúrgicas e de material de transporte. São Paulo concentra o maior parque industrial do país, localizado na capital, no chamado ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema), em Jundiaí, Sorocaba, São José dos Campos, Campinas, Taubaté e outras cidades, contribuindo com mais da metade da produção nacional. Em seguida, aparecem os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.

 A indústria siderúrgica ocupa um lugar destacado. Além da Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e a Cosigua, no mesmo estado, sobressaem a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a Acesita, a Usiminas e outras em Minas Gerais; a Cosipa, em São Paulo; além de usinas localizadas na Bahia e no Espírito Santo.

 A indústria automobilística, embora concentrada em sua maior parte em São Paulo, já se irradia para outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Além de veículos motorizados, o país passou também a fabricar locomotivas e vagões ferroviários.

 A indústria aeronáutica apresenta notável desenvolvimento, desde sua criação, em 1969, com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que exporta aviões comerciais e militares para vários países. Também merece destaque a indústria naval, sediada principalmente no estado do Rio de Janeiro.

 Energia

 Energia. O imenso potencial para a geração de energia hidrelétrica foi mal aproveitado durante muito tempo no Brasil. Somente a partir de 1920, uma conjuntura favorável, proporcionada pelo surgimento de numerosas indústrias e o desenvolvimento de novas técnicas de engenharia, propiciou maior regularidade no fornecimento de energia hidrelétrica, que representa atualmente mais de noventa por cento da energia produzida e consumida no país.

 Mais de noventa por cento da capacidade nominal instalada no Brasil corresponde a usinas hidrelétricas, e somente nove por cento a usinas térmicas. A criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, assinalou um marco para a formação de um complexo energético nacional, iniciado com a construção da usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco, no limite dos estados da Bahia e Alagoas, e que abastece todo o Nordeste oriental. Em seguida, foram criadas numerosas empresas, todas por iniciativa governamental, destacando-se a Central Elétrica de Furnas, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), entre outras.

 A criação da Eletrobrás, em 1961, trouxe novo incentivo ao setor, que nos anos seguintes multiplicou sua capacidade. Em 1982, foi inaugurada a usina de Itaipu, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no rio Paraná. Resultado de um projeto binacional Brasil--Paraguai, Itaipu é a maior usina hidrelétrica brasileira. Seguem-se, em ordem de importância, as usinas de Tucuruí, no Pará; Ilha Solteira, em São Paulo; e Paulo Afonso.

 As usinas térmicas, que utilizam carvão e petróleo como combustíveis, existentes em número reduzido, representam uma percentagem inexpressiva na geração de energia elétrica no Brasil.

 Quanto às usinas nucleares, sua implantação decorreu da assinatura do acordo nuclear Brasil--Alemanha, em 1975. Construídas no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, tiveram seu desempenho prejudicado por problemas técnicos e ambientais.

 O petróleo foi encontrado no Brasil pela primeira vez em 1939, em Lobato, próximo a Salvador, no estado da Bahia. Mas foi somente a partir de 1953, com a criação da Petrobrás, empresa de economia mista, em que o governo detém a maioria do capital, que a extração de petróleo no Brasil pôde crescer, como atividade monopolizada pelo Estado, até 1995, quando foi quebrado o monopólio estatal.

 A produção de petróleo ainda é insuficiente para atender ao consumo nacional, mas importantes jazidas foram descobertas e estão em exploração no Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Pará e Espírito Santo, além dos poços localizados na plataforma submarina do estado do Rio de Janeiro (bacia de Campos). Atualmente, o Brasil é o terceiro produtor da América Latina, depois do México e da Venezuela.

 A produção de gás natural também cresceu, destacando-se o Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Espírito Santo como estados produtores.

 Rio de Janeiro

 Mineração. O Brasil é rico em minérios, mas seu subsolo ainda é pouco explorado. O ferro é o mineral mais importante, com jazidas em diversas regiões, destacando-se as reservas da serra de Carajás, no estado do Pará, descobertas na década de 1970, e consideradas as maiores do mundo. São de grande importância as jazidas do chamado quadrilátero ferrífero, em Minas Gerais, cujo minério apresenta elevado grau de pureza. Também há minério de ferro no Amazonas, no Ceará e em Mato Grosso do Sul.

 O manganês ocupa o segundo lugar, e é encontrado em grande quantidade na serra de Carajás, em Urucum, no estado de Mato Grosso do Sul, e na serra do Navio, no Amapá. As reservas de Minas Gerais ainda são apreciáveis, a despeito de sua exploração desde o início do século.

 A bauxita (alumínio) aparece em Carajás, na bacia do rio Trombetas, no Pará e em Poços de Caldas MG, enquanto o cobre ocorre no Pará, em Goiás e na Bahia. Os minérios de chumbo são explorados em Minas Gerais, na Bahia e no Paraná, mas a produção ainda é insuficiente, assim como a de minérios de zinco, encontrados em Minas Gerais. A cassiterita (estanho) é abundante em Rondônia. O potencial de níquel também é imenso em Carajás.

 Além dessas riquezas minerais, aparecem as areias monazíticas em certos trechos do litoral do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Bahia. Existem imensas jazidas de sal-gema na Bahia, no Amazonas, em Sergipe e em Alagoas. Nos estados do Sul, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, encontra-se carvão mineral, utilizado sobretudo como coque na indústria siderúrgica. Em meados da década de 1990, a Companhia Vale do Rio Doce descobriu uma grande mina de ouro no sul do Pará.

 Comércio. A abertura de estradas de rodagem e o desenvolvimento da navegação de cabotagem e da aviação comercial, ao lado da formação de um mercado interno, contribuíram para a intensificação das relações comerciais entre as diversas regiões brasileiras.

 O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste fornecem borracha, açúcar, algodão, sal, peles, couros, cacau e outros produtos para as áreas do Centro-Sul, e recebem em troca produtos alimentares (charque, feijão, farinha de trigo) e industriais (tecidos, calçados, papel, produtos químicos e farmacêuticos, máquinas e ferramentas, veículos). As trocas entre as regiões Sul e Sudeste também são intensas.

 O comércio externo, até 1808, quando ocorreu a abertura dos portos brasileiros, era realizado apenas com a metrópole portuguesa. Desta data em diante, a Inglaterra passou a ser o principal beneficiário do comércio com o Brasil, substituída pelos Estados Unidos a partir da década de 1920. Atualmente, o Brasil possui uma série de parceiros comerciais.

 Durante a maior parte de sua história, o comércio brasileiro esteve extremamente dependente das exportações de produtos agrícolas e minerais e das importações de manufaturados. Atualmente, já existe maior equilíbrio na balança comercial brasileira. No início da década de 1990, a soja liderava as exportações, seguida pelas máquinas, minério de ferro, equipamentos para transporte, produtos de ferro e aço, e suco de laranja. Nas importações, apareciam equipamentos elétricos e máquinas, petróleo, e produtos químicos e farmacêuticos.

 O comércio externo do Brasil é realizado em sua quase totalidade através dos portos de Santos, grande centro exportador, e do Rio de Janeiro, onde predominam as importações.

 Transportes. Os meios de transporte e as vias de comunicação sempre constituíram um dos principais problemas brasileiros, agravado pela enorme extensão territorial do país. Durante muito tempo, as diversas áreas se comunicavam através de caminhos precários, que partiam do litoral para o interior, e serviam principalmente para o transporte de gado e ouro.

 A primeira estrada de ferro brasileira foi inaugurada em 1854, com extensão de 14,5km, ligando o porto de Mauá, na baía de Guanabara, ao sopé da serra da Estrela, no caminho de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A expansão da cultura cafeeira pelo oeste paulista incrementou o desenvolvimento das linhas férreas, ligando o interior e a capital ao porto de Santos, através das Cias. Paulista, Sorocabana e Mogiana. Logo surgiram estradas de ferro no Nordeste e no recôncavo baiano, também em função do escoamento da produção agrícola.

 Entre 1870 e 1920, a expansão ferroviária foi notável, sobretudo no Sudeste, que concentra praticamente a metade das linhas do país. A Rede Ferroviária Federal, criada em 1957, controla quase a totalidade das estradas de ferro brasileiras. A partir da expansão das rodovias, o transporte ferroviário no Brasil sofreu uma acentuada perda de importância.

 As primeiras estradas de rodagem apareceram por volta dos meados do século 19, destacando-se a União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Mas somente a partir da década de 1920, com o aumento da quantidade de veículos motorizados, o governo brasileiro começou a investir na construção de rodovias. Em pouco tempo, a malha rodoviária brasileira foi-se estendendo por todas as regiões do país.

 A partir de 1950, a rede rodoviária teve notável desenvolvimento com a implantação da indústria automobilística, a criação da Petrobrás --responsável pelo refino dos combustíveis e a fabricação do asfalto para a pavimentação das estradas -- e a fundação de Brasília, vinculada ao plano da construção de rodovias de forma a integrar todas as regiões do país à nova capital.

 Mais da metade das rodovias brasileiras concentram-se no Sudeste, sendo São Paulo o estado mais bem servido. Entre as principais de todo o país destacam-se as rodovias Transamazônica, Belém--Brasília, Rio--Bahia, Rio--Santos, Presidente Dutra, Presidente Kubitschek, Anchieta, Imigrantes, Castelo Branco, Fernão Dias, Anhangüera e Raposo Tavares.

 A navegação de cabotagem no Brasil é ainda insuficiente para atender às necessidades do país, apesar das condições naturais favoráveis, como a grande extensão do litoral. A maior parte da frota é construída em estaleiros nacionais e está em desenvolvimento um programa de reaparelhamento dos portos, que visa sobretudo às exportações. A Fronape (Frota Nacional de Petroleiros), da Petrobrás, utilizada para o transporte de óleo cru, e a Docenave, pertencente à Cia. Vale do Rio Doce e empregada no transporte de minério de ferro, estão entre as maiores frotas brasileiras. A navegação fluvial e lacustre é pouco praticada no Brasil, sendo importante apenas nos rios amazônicos e na região do São Francisco.

 A navegação aérea é muito utilizada no transporte de cargas e passageiros, e o Brasil é servido por três grandes empresas nacionais, além de numerosas companhias regionais. Entre os aeroportos mais bem aparelhados, encontram-se os do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Manaus.

Resumo histórico

 Fundação. A descoberta do Brasil, em 22 de abril de 1500, pela esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino às Índias, integra o ciclo da expansão marítima portuguesa. Inicialmente denominada Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz e, finalmente, Brasil, a nova terra foi explorada a princípio em função da extração do pau-brasil, madeira de cor vermelha usada em tinturaria na Europa, e que deu o nome à terra.

 Várias expedições exploradoras (Gonçalo Coelho, Gaspar de Lemos) e guarda-costas (Cristóvão Jacques) foram enviadas pelo rei de Portugal, a fim de explorar o litoral e combater piratas e corsários, principalmente franceses, para garantir a posse da terra. O sistema de feitorias, já utilizado no comércio com a África e a Ásia, foi empregado tanto para a defesa como para realizar o escambo (troca) do pau-brasil com os indígenas. A exploração do pau-brasil, monopólio da Coroa portuguesa, foi concedida ao cristão-novo Fernão de Noronha.

 A partir de 1530, tem início a colonização efetiva, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, cujos efeitos foram o melhor reconhecimento da terra, a introdução do cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos, instalados na recém-fundada cidade de São Vicente, no litoral de São Paulo, que no século 16 chegou a ter treze engenhos de açúcar. A economia açucareira, entretanto, vai se concentrar no Nordeste, principalmente em Pernambuco. Estava baseada no tripé latifúndio--monocultura--escravidão. A cana-de-açúcar, no Nordeste, era cultivada e beneficiada em grandes propriedades, que empregavam mão-de-obra dos negros africanos trazidos como escravos, e destinava-se à exportação.

 Ao lado do ciclo da cana-de-açúcar, ocorrido na zona da mata, desenvolveu-se o ciclo do gado. A pecuária aos poucos ocupou toda a área do agreste e do sertão nordestinos e a bacia do rio São Francisco. No século 18, o ciclo da mineração do ouro e dos diamantes em Minas Gerais levou à ocupação do interior da colônia. A sociedade mineradora era mais diversificada do que a sociedade açucareira, extremamente ruralizada. Na zona mineira, ao lado dos proprietários e escravos, surgiram classes intermediárias, constituídas por comerciantes, artesãos e funcionários da Coroa.

 Política e administrativamente a colônia estava subordinada à metrópole portuguesa, que, para mais facilmente ocupá-la, adotou, em 1534, o sistema de capitanias hereditárias. Consistia na doação de terras pelo rei de Portugal a particulares, que se comprometiam a explorá-las e povoá-las. Apenas duas capitanias prosperaram: São Vicente e Pernambuco. As capitanias hereditárias somente foram extintas em meados do século 18.

 Em 1548, a Coroa portuguesa instituiu o governo geral, para melhor controlar a administração da colônia. O governador-geral Tomé de Sousa possuía extensos poderes, e administrava em nome do rei a capitania da Bahia, cuja sede, Salvador -- primeira cidade fundada no Brasil, foi também sede do governo geral até 1763, quando a capital da colônia foi transferida para o Rio de Janeiro. A administração local era exercida pelas câmaras municipais, para as quais eram eleitos os colonos ricos, chamados “homens bons”.

 O papel da Igreja Católica era da mais alta importância. A ela cabiam tarefas administrativas, a assistência social, o ensino e a catequese dos indígenas. Dentre as diversas ordens religiosas, destacaram-se os jesuítas.

 Invasões estrangeiras. Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de várias incursões estrangeiras, sobretudo de franceses, ingleses e holandeses. Os franceses chegaram a fundar, em 1555, uma colônia, a França Antártica, na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara. Somente foram expulsos em 1567, em combate do qual participou Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro (1565). Mais tarde, entre 1612 e 1615, novamente os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Brasil, desta vez no Maranhão, chamada França Equinocial.

 Os holandeses, em busca do domínio da produção do açúcar (do qual eram os distribuidores na Europa), invadiram a Bahia, em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, uma nova invasão holandesa teve como alvo Pernambuco, de onde estendeu-se por quase todo o Nordeste, chegando até o Rio Grande do Norte. Entre 1637 e 1645, o Brasil holandês foi governado pelo conde Maurício de Nassau, que realizou brilhante administração. Em 1645, os holandeses foram expulsos do Brasil, no episódio conhecido como insurreição pernambucana.

 Expansão geográfica. Durante o século 16, foram organizadas algumas entradas, expedições armadas ao interior, de caráter geralmente oficial, em busca de metais preciosos. No século seguinte, expedições particulares, conhecidas como bandeiras, partiram especialmente de São Paulo, com três objetivos: a busca de índios para escravizar; a localização de agrupamentos de negros fugidos (quilombos), para destruí-los; e a procura de metais preciosos. As bandeiras de caça ao índio (Antônio Raposo Tavares, Sebastião e Manuel Preto) atingiram as margens do rio Paraguai, onde arrasaram as “reduções” (missões) jesuíticas. Em 1695, depois de quase um século de resistência, foi destruído Palmares, o mais célebre quilombo do Brasil, por tropas comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

 Datam do final do século 17 as primeiras descobertas de jazidas auríferas no interior do território, nas chamadas Minas Gerais (Antônio Dias Adorno, Manuel de Borba Gato), em Goiás (Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera) e Mato Grosso (Pascoal Moreira Cabral), onde foram estabelecidas vilas e povoações. Mais tarde, foram encontrados diamantes em Minas Gerais. Um dos mais célebres bandeirantes foi Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas.

 Ao mesmo tempo que buscavam o oeste, os bandeirantes ultrapassaram a vertical de Tordesilhas, a linha imaginária que, desde 1494, separava as terras americanas pertencentes a Portugal e à Espanha, contribuindo para alargar o território brasileiro. As fronteiras ficaram demarcadas por meio da assinatura de vários tratados, dos quais o mais importante foi o de Madri, celebrado em 1750, e que praticamente deu ao Brasil os contornos atuais. Nas negociações com a Espanha, Alexandre de Gusmão defendeu o princípio do uti possidetis, o que assegurou a Portugal as terras já conquistadas e ocupadas.

 Revoltas coloniais. Desde a segunda metade do século 17, explodiram na colônia várias revoltas, geralmente provocadas por interesses econômicos contrariados. Em 1684, a revolta dos Beckman, no Maranhão, voltou-se contra o monopólio exercido pela Companhia de Comércio do Estado do Maranhão. Já no século 18, a guerra dos emboabas envolveu paulistas e “forasteiros” na zona das minas; a guerra dos mascates opôs os comerciantes de Recife aos aristocráticos senhores de engenho de Olinda; e a revolta de Vila Rica, liderada por Filipe dos Santos, em 1720, combateu a instituição das casas de fundição e a cobrança de novos impostos sobre a mineração do ouro.

 Os mais importantes movimentos revoltosos desse século foram a conjuração mineira e a conjuração baiana, as quais possuíam, além do caráter econômico, uma clara conotação política. A conjuração mineira, ocorrida em 1789, também em Vila Rica, foi liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que terminou preso e enforcado, em 1792. Pretendia, entre outras coisas, a independência e a proclamação de uma república. A conjuração baiana -- também chamada revolução dos alfaiates, devido à participação de grande número de elementos das camadas populares (artesãos, soldados, negros libertos) --, ocorrida em 1798, tinha idéias bastante avançadas para a época, inclusive a extinção da escravidão. Seus principais líderes foram executados. Mais tarde, estourou outro importante movimento de caráter republicano e separatista, conhecido como revolução pernambucana de 1817.

 Independência. Em 1808, ocorreu a chamada “inversão brasileira”, isto é, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa, com a transferência da família real e da corte para o Rio de Janeiro, fugindo da invasão napoleônica na península ibérica. Ainda na Bahia, o príncipe regente D. João assinou o tratado de abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, beneficiando principalmente a Inglaterra. Terminava assim o monopólio português sobre o comércio com o Brasil e tinha início o livre-cambismo, que perduraria até 1846, quando foi estabelecido o protecionismo.

 Além da introdução de diversos melhoramentos (Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Academia Militar, Jardim Botânico, faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e outros), no governo do príncipe regente D. João (que passaria a ter o título de D. João VI a partir de 1816, com o falecimento da rainha D. Maria I) o Brasil foi elevado à categoria de reino e teve anexadas a seu território a Guiana Francesa e a Banda Oriental do Uruguai, que tomou o nome de província Cisplatina.

 A partir de 1821, com a volta do rei e da corte para Portugal, o Brasil passou a ser governado pelo príncipe regente D. Pedro. Atendendo principalmente aos interesses dos grandes proprietários rurais, contrários à política das Cortes portuguesas, que desejavam recolonizar o Brasil, bem como pretendendo libertar-se da tutela da metrópole, que visava diminuir-lhe a autoridade, D. Pedro proclamou a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, na província de São Paulo. É importante destacar o papel de José Bonifácio de Andrada e Silva, à frente do chamado Ministério da Independência, na articulação do movimento separatista.

 Primeiro reinado. Aclamado imperador do Brasil, D. Pedro I tratou de dar ao país uma constituição, outorgada em 1824. No início do seu reinado, ocorreu a chamada “guerra da independência”, contra as guarnições portuguesas sediadas principalmente na Bahia. Em 1824, em Pernambuco, a confederação do Equador, movimento revoltoso de caráter republicano e separatista, questionava a excessiva centralização do poder político nas mãos do imperador, mas foi prontamente debelado. Em 1828, depois da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil reconheceu a independência do Uruguai.

 Depois de intensa luta diplomática, em que foi muito importante a intervenção da Inglaterra, Portugal reconheceu a independência do Brasil. Freqüentes conflitos com a Assembléia e interesses dinásticos em Portugal levaram D. Pedro I, em 1831, a abdicar do trono do Brasil em favor do filho D. Pedro, então com cinco anos de idade.

 Período regencial. O reinado de D. Pedro II teve início com um período regencial, que durou até 1840, quando foi proclamada a maioridade do imperador, que contava cerca de quinze anos. Durante as regências, ocorreram intensas lutas políticas em várias partes do país, quase sempre provocadas pelos choques entre os interesses regionais e a concentração do poder no Sudeste (Rio de Janeiro). A mais importante foi a guerra dos farrapos ou revolução farroupilha, movimento republicano e separatista ocorrido no Rio Grande do Sul, em 1835, e que só terminou em 1845. Além dessa, ocorreram revoltas na Bahia (Sabinada), no Maranhão (Balaiada) e no Pará (Cabanagem).

 Segundo reinado. O governo pessoal de D. Pedro II começou com intensas campanhas militares, a cargo do general Luís Alves de Lima e Silva, que viria a ter o título de duque de Caxias, com a finalidade de pôr termo às revoltas provinciais. A partir daí, a política interna do império brasileiro viveu uma fase de relativa estabilidade, até 1870.

 A base da economia era a agricultura cafeeira, desenvolvida a partir de 1830, no Sudeste, inicialmente nos morros como o da Tijuca e a seguir no vale do Paraíba fluminense (província do Rio de Janeiro), avançando para São Paulo (vale do Paraíba e oeste paulista). Até 1930, o ciclo do café constituiu o principal gerador da riqueza brasileira. A partir da década de 1850, graças aos empreendimentos de Irineu Evangelista de Sousa, o barão e depois visconde de Mauá, entre os quais se destaca a construção da primeira estrada de ferro brasileira, ocorreu um primeiro surto de industrialização no país.

 A base social do império era a escravidão. Desde o período colonial, os negros escravos constituíam a principal, e quase exclusiva, mão-de-obra no Brasil. As restrições ao tráfico negreiro começaram por volta de 1830, por pressões da Inglaterra, então em plena revolução industrial. Finalmente, em 1888, após intensa campanha abolicionista, a chamada Lei Áurea declarava extinta a escravidão no país. Nesse período, houve uma grande imigração para o Brasil, sobretudo de alemães e italianos.

 Na política externa, sobressaíram as guerras do Prata, em que o Brasil enfrentou o Uruguai e a Argentina, e a da Tríplice Aliança ou do Paraguai, que reuniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai numa coligação contra o ditador paraguaio Solano López. A guerra do Paraguai (1864--1870), um dos episódios mais sangrentos da história americana, terminou com a vitória dos aliados.

 A partir de 1870, a monarquia brasileira enfrentou sucessivas crises (questão religiosa, questão militar, questão da abolição), que culminaram com o movimento militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que depôs o imperador e proclamou a república, em 15 de novembro de 1889.

 República Velha. A Primeira República, ou República Velha, estendeu-se de 1889 até 1930. Sob a chefia do marechal Deodoro, foi instalado um governo provisório, que convocou uma assembléia constituinte para elaborar a primeira constituição republicana, promulgada em 1891. Os governos do marechal Deodoro, e, depois, do marechal Floriano Peixoto foram plenos de conflitos com o Legislativo e rebeliões, como as duas revoltas da Armada.

 Com a eleição de Prudente de Morais, tem início a chamada “política do café com leite”, segundo a qual os presidentes da República seriam escolhidos dentre os representantes dos estados mais ricos e populosos -- São Paulo e Minas Gerais -- prática que foi seguida, quase sem interrupções, até 1930.

 A economia agrário-exportadora continuou dominante. O café representava a principal riqueza brasileira, e os fazendeiros paulistas constituíam a oligarquia mais poderosa. As classes médias eram pouco expressivas e começava a existir um embrião de proletariado. Por ocasião da primeira guerra mundial (1914--1918), ocorreu um surto de industrialização, em função da substituição de importações européias por produtos fabricados no Brasil.

 A partir da década de 1920, o descontentamento dos militares explodiu em uma série de revoltas, destacando-se a marcha da coluna Prestes, entre 1924 e 1927, que percorreu grande parte do Brasil. As oligarquias alijadas do poder central também se mostravam insatisfeitas. Quando ocorreu a crise de 1929 -- iniciada com o crash da bolsa de Nova York --, com seus reflexos negativos sobre os preços do café, a desorganização da economia, as divergências político-eleitorais das oligarquias dominantes e as aspirações de mudança de amplos setores da sociedade provocaram a deflagração da revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

 República Nova. Sob a chefia de Getúlio Vargas, foi instaurado um governo provisório que durou até 1934. Embora vitorioso sobre a revolução constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, Vargas viu-se obrigado a convocar uma assembléia constituinte, que deu ao país uma nova constituição (1934), de cunho liberal.

 Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma revolta militar, conhecida como intentona comunista. Aproveitando-se de uma conjuntura favorável, Vargas deu um golpe de estado, em 1937, fechando o Congresso e estabelecendo uma ditadura de cunho corporativo-fascista, denominada Estado Novo, regida por uma carta outorgada, de caráter autoritário. Vargas governou até 1945, quando foi deposto por novo golpe militar.

 Durante seu governo, incentivou-se a industrialização, inclusive com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, foi estabelecida uma legislação trabalhista, reorganizou-se o aparelho administrativo do Estado, com a criação de novos ministérios, e cuidou-se da previdência social, entre outros melhoramentos.

 Terceira República. As eleições de 1945 apontaram o general Eurico Gaspar Dutra como o novo presidente da República. Em seu governo, o Brasil ganhou uma nova constituição, foi modernizada a estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo (rodovia Presidente Dutra) e começou o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

 Nesse período, firmaram-se os três grandes partidos que tiveram importância na vida política brasileira até a deflagração do movimento militar de 1964: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade.

 Em 1951, Vargas, candidato do PTB, voltou ao poder, eleito pelo voto popular. Em seu segundo governo, destacou-se a criação da Petrobrás, empresa estatal destinada a monopolizar a pesquisa, extração e refino do petróleo. Foi um período conturbado, que teve no atentado da rua Tonelero (dirigido ao jornalista Carlos Lacerda, mas em que morreu um oficial da Aeronáutica) um dos seus episódios mais importantes. Pressionado pelas classes conservadoras, e ameaçado de deposição por seus generais, Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

 A eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD, inaugurou a era do desenvolvimentismo. Durante seu governo, orientado pelo Plano de Metas, construiu-se a nova capital, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960; foram abertas numerosas estradas, ligando a capital às diversas regiões do país, entre as quais a Belém--Brasília; implantou-se a indústria automobilística; e foi impulsionada a construção das grandes usinas hidrelétricas de Três Marias e Furnas. A sucessão presidencial coube a Jânio Quadros, apoiado pela UDN, que, após sete meses de governo, renunciou.

 A subida de João Goulart ao poder contrariou as classes conservadoras e altos chefes militares. No início de seu governo, o Brasil viveu uma curta experiência parlamentarista, solução encontrada para dar posse a Goulart. Foi um período marcado por greves e intensa agitação sindical. O presidente terminou sendo deposto pelos militares, com apoio da classe média, em 1964.

 Regime militar. Os governos militares preocuparam-se sobretudo com a segurança nacional. Editaram vários atos institucionais e complementares, promovendo modificações no funcionamento do Congresso e tomando medidas de caráter econômico, financeiro e político. Os partidos políticos tradicionais foram extintos, e criadas duas novas agremiações políticas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

 Em 1967, promulgou-se nova constituição, que estabeleceu um poder executivo ainda mais forte. Com o crescimento da agitação estudantil e operária, foi editado o Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso. Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 deu ao país praticamente uma nova carta política.

 No campo do desenvolvimento econômico, as atenções dos governantes e dos tecnocratas voltaram-se prioritariamente para o combate à inflação, que atingira níveis alarmantes; para a construção de obras de infra-estrutura, sobretudo nas áreas de transportes -- como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio--Niterói (oficialmente, ponte Presidente Costa e Silva) --, de comunicações -- com a implantação do sistema de comunicação por satélite -- e de energia, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu -- por meio de um convênio com o Paraguai -- e com a assinatura de um acordo com a Alemanha para a construção de usinas nucleares.

 O governo Geisel iniciou um processo de abertura democrática, lenta e gradual, desembocando na anistia política, que permitiu a volta ao país de numerosos exilados. Em seguida à anistia, veio o fim do bipartidarismo, e foram criados vários partidos políticos. No final da década de 1970, o movimento popular e sindical tomou um novo alento, o que levaria, nos primeiros anos da década seguinte, ao movimento das “diretas já”, que, embora não fosse vitorioso, permitiu em 1985 a eleição indireta pelo Congresso de Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para a presidência da República. Com a morte de Tancredo Neves, na véspera da posse, assumiu seu vice-presidente, José Sarney.

 Nova República. O governo Sarney teve como fato econômico mais importante a implantação do Plano Cruzado, com vistas a combater a inflação pelo congelamento de preços e da troca da moeda. O fato político marcante do período foi a eleição de uma assembléia nacional constituinte, que em 1988 deu ao Brasil uma nova constituição. O fracasso do plano econômico e a corrupção generalizada contribuíram para polarizar as preferências eleitorais em 1989 em torno das candidaturas de Fernando Collor de Mello, apoiado por poderosas forças políticas, e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

 A vitória de Fernando Collor provocou uma euforia momentânea, logo dissipada pelo fracasso dos sucessivos planos econômicos e pelas denúncias de corrupção que atingiam figuras próximas ao presidente. Depois de intensa movimentação popular, Collor foi afastado do governo, em 1992, pelo processo de impeachment, conduzido pelo Congresso Nacional.

 Quadro atual. O governo do presidente Itamar Franco, sucessor de Fernando Collor, contou com amplo apoio parlamentar e popular. Seus principais objetivos eram combater a inflação, retomar o crescimento econômico e diminuir a pobreza do povo brasileiro. O sucesso das medidas econômicas permitiu a eleição do criador do Plano Real e candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, que venceu o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva, por esmagadora maioria.

Aspectos culturais e turísticos

 Acervo. A arquitetura colonial brasileira apresenta exemplos de riqueza e originalidade, graças ao impulso inicial dado pelos jesuítas, que foram responsáveis pela construção de numerosas igrejas e produziram obras de arte que constituem boa parte da riqueza arquitetônica e artística do país.

 Algumas cidades e lugares históricos ou de interesse ambiental foram declarados pela UNESCO patrimônio cultural da humanidade: o centro histórico de Salvador, compreendendo o Terreiro de Jesus (Pelourinho), na Bahia; Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais; Brasília, a capital federal; as ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul; o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, Minas Gerais; e os parques nacionais da Serra da Capivara, no Piauí, e de Iguaçu, no Paraná. Entre as cidades históricas, também merecem destaque Parati, no Rio de Janeiro, célebre pelo seu casario, e Aparecida, em São Paulo, considerada cidade-santuário do Brasil.

 Na antiga zona aurífera de Minas Gerais encontram-se os melhores exemplos da arte barroca, tanto na decoração do interior dos templos religiosos, como nas esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ouro Preto, Tiradentes, Congonhas e São João del Rei são típicas cidades coloniais mineiras. Modernamente, o maior exemplo da arquitetura brasileira é Brasília, obra de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

 Instituições. O impulso cultural inicial foi dado com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Datam dessa época a atual Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o mais importante da América do Sul para o estudo das ciências naturais e antropológicas, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

 Ainda nessa cidade, podem ser encontrados o Museu Histórico Nacional, típico do estilo barroco-rococó, o Palácio Gustavo Capanema, cujo traço se deve ao arquiteto francês Le Corbusier, o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu de Arte Moderna, exemplo da arquitetura contemporânea, e o Teatro Municipal. O Museu Imperial, em Petrópolis RJ, contém rico material sobre o período monárquico.

 Em São Paulo, destacam-se o Museu de Arte Moderna (MAM) e o Museu de Arte (MASP), que guardam importante acervo de pintores nacionais e estrangeiros. Em Minas Gerais encontra-se o Museu da Inconfidência, com obras de arte sacra e do Aleijadinho. O Museu Emílio Goeldi, em Belém PA, é um centro de pesquisas sobre etnologia. Em Manaus, sobressai o Teatro Amazonas, cuja construção data do ciclo da borracha, em fins do século 19.

 Entre as maiores universidades brasileiras, situam-se a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UnB).

 Atrações e eventos. A maior festa brasileira é o carnaval, que ocorre geralmente em fevereiro, com duração de três ou quatro dias, sendo famosas e conhecidas internacionalmente as comemorações no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda. Outro evento importante são as festas de Ano-Novo, celebradas nas praias do Rio de Janeiro e de Salvador.

 Em Ouro Preto MG realiza-se um importante Festival de Inverno. Gramado RS é sede de um Festival de Cinema, assim como Brasília. A festa do Círio de Nazaré, manifestação leiga e religiosa, é comemorada todos os anos em Belém PA. Os festejos populares de origem portuguesa têm sido recuperados, como o bumba-meu-boi, no Maranhão, ou de raízes luso-africanas, como o reisado, no Nordeste e em Parati RJ. A festa do Divino Espírito Santo reúne uma série de manifestações culturais populares, em Pirenópolis GO.